



**MÍDIAS NA ESCOLA:
RECURSOS PEDAGÓGICOS NA PREVENÇÃO E COMBATE AO RACISMO EM
ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MACAPÁ-AP**

MEDIA AT SCHOOL:
PEDAGOGICAL RESOURCES IN THE PREVENTION AND FIGHTING OF RACISM IN
SCHOOLS OF THE MACAPÁ-AP MUNICIPAL TEACHING NETWORK

MEDIDAS EN LA ESCUELA:
RECURSOS PEDAGÓGICOS EN LA PREVENCIÓN Y COMBATE AL RACISMO EN ESCUELAS
DE LA RED MUNICIPAL DE ENSEÑANZA DE MACAPÁ-AP

*Minelva Medeiros dos Reis*¹
*Eugénia da Luz Silva Foster*²
*Elivaldo Serrão Custódio*³

RESUMO: O presente artigo resulta de um projeto de mesmo nome, que teve como objetivo analisar as possibilidades de uso das diversas mídias na prevenção e no combate ao racismo em uma escola da rede municipal de ensino de Macapá-AP. No estudo foram utilizados dois tipos de pesquisa: a bibliográfica e a de campo. A metodologia utilizada foi a colaborativa e reflexiva proposta por Magalhães e Liberali (2011). Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, tendo em vista que propôs uma reflexão sobre os fazeres pedagógicos e, a partir da própria realidade, construiu-se novos conhecimentos. Os resultados demonstram que, apesar do desconhecimento de alguns dos sujeitos da pesquisa sobre o uso das mídias na educação, elas constituem-se como poderosos recursos pedagógicos a serem utilizados na efetivação da Lei nº 10.639/2003, se trabalhados em uma perspectiva de perceber os aspectos sutis por onde o racismo vai sendo reproduzido e superado.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Lei 10.639/2003. Mídias. Educação pública. Amapá.

ABSTRACT: The present article is the result of a project of the same name, whose objective was to analyze the possibilities of using the various media in the prevention and in the fight against racism in a school in the Macapá-AP municipal school system. Two types of research were used in the study: bibliographical and field research. The methodology used was the collaborative and reflexive proposed by Magalhães and Liberali (2011). As for the approach, research is characterized as qualitative, considering that it proposed a reflection on pedagogical practices and, from the reality itself, new knowledge was built. The results show that, despite the lack of knowledge of some of the research subjects about the use of media in education, they constitute powerful pedagogical resources to be used in the implementation of Law 10.639/2003, if they are worked in a perspective of perceiving the subtle aspects where racism is being reproduced and overcome.

KEYWORDS: Racism. Law 10.639/2003. Media. Public education. Amapá.

RESUMEN: El presente artículo resulta de un proyecto del mismo nombre, que tuvo como objetivo analizar las posibilidades de uso de los diversos medios en la prevención y en el combate al racismo en una escuela de la red municipal de enseñanza de Macapá-AP. En el estudio se utilizaron dos tipos de investigación: la bibliográfica y la de campo. La metodología utilizada fue la colaborativa y reflexiva propuesta por Magalhães y Liberali

Submetido em: 14/09/2017 – **Aceito em:** 12/12/2017 – **Publicado em:** 14/02/2018.

© Rev. Educ. Perspec.	Viçosa, MG	v.8	n.3	p.478-495	set./dez. 2017	eISSN 2178-8359
-----------------------	------------	-----	-----	-----------	----------------	-----------------



(2011). En cuanto al abordaje, la investigación se caracteriza como cualitativa, teniendo en vista que propuso una reflexión sobre los hechos pedagógicos y, a partir de la propia realidad, se construyeron nuevos conocimientos. Los resultados demuestran que, a pesar del desconocimiento de algunos de los sujetos de la investigación sobre el uso de los medios en la educación, se constituyen como poderosos recursos pedagógicos a ser utilizados en la efectivación de la Ley n° 10.639 / 2003, si trabajados desde una perspectiva de percibir los aspectos sutiles por donde el racismo va siendo reproducido y superado.

PALABRAS CLAVE: Racismo. Ley 10.639/2003. Medios de comunicación. Educación pública. Amapá.

INTRODUÇÃO

O uso das mais diferenciadas mídias é uma ação cotidiana na vida das pessoas. Com elas o homem tem a oportunidade de conectar-se em tempo real, interagir e manter-se informado, dentre muitas outras ações. Mas são as mesmas tecnologias que incluem e que também excluem, quando, por exemplo, lançam padrões de perfeição de corpo, de raça e até valores. Nesse contexto encontra-se o negro, que sempre foi apresentado como inferior ao branco, exercendo papéis subalternos e sendo marginalizado pelas mídias, como se observa comumente nos inúmeros casos de violência e agressões contra a população negra, tanto em nível local quanto nacional.

A partir da conjuntura em que o negro se encontra exposto, atitudes racistas e preconceituosas, as reivindicações e pressões do movimento negro pela definição de políticas públicas de combate ao racismo, foi sancionada a Lei n. 10.639/2003, alterando a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Para Xavier e Dornelles (2009) foi um processo longo de lutas para que se chegasse até a promulgação final dessa lei.

O primeiro esforço nesse sentido aconteceu logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Com base no texto constitucional, o Deputado Paulo Paim apresentou à Câmara Federal a primeira proposição de lei que seria o embrião da Lei 10.639. Aprovado na Câmara, o projeto foi encaminhado ao Senado, mas foi arquivado em 1995 após oito anos de paralisação. Naquele mesmo ano, também por solicitação do Movimento Negro de Pernambuco, o Deputado Humberto Costa apresentou o Projeto de Lei 859/95, aprovado por mérito na Comissão de Educação, mas igualmente arquivado porque o parlamentar não se reelegera para a legislatura 1999/2002. Numa terceira tentativa, coube a membros do Movimento Negro propor, em conjunto com os deputados Ben-Hur Ferreira e Esther Grossi, a retomada do projeto de lei que foi reapresentado à Câmara Federal no dia 11 de março de 1999. Após tramitar de forma conclusiva pelas Comissões de Educação, Cultura e Desporto (CECD) e Constituição, Justiça e Redação (CJR), sem provocar disputa política ou debates em plenário, o projeto cumpriu o prazo de cinco sessões à espera de ementas, que não chegaram a ser apresentadas. Esgotado o prazo, o então Projeto de Lei n. 259/1999 recebeu parecer favorável do relator da CECD, Deputado Evandro Milhomen, e foi encaminhado ao Senado onde foi aprovado como Lei n. 10.639 [...] (XAVIER; DORNELLES, 2009, p. 573-574).



A referida lei tem um grande potencial para “estimular o debate sobre a matriz africana de nossa cultura e o papel do ensino da história na formação do imaginário e das identidades nacionais”. Contudo, as autoras alegam que “a legitimidade e a positividade da Lei 10.639 não garante a esperada prática de mudança no ensino da história” (XAVIER; DORNELLES 2009, p. 570).

No estado do Amapá, assim como nas demais Unidades da Federação, a referida Lei enfrenta sérios problemas para ser efetivada, devido a fatores que vão desde a indisponibilidade de recursos pedagógicos nas escolas, até o desconhecimento por parte da comunidade escolar, sobre manifestações de racismo e preconceito, conforme comprovado por Foster; Videira e Custódio (2015); Foster (2015); Silva (2016) e Sousa (2014), quando ao desenvolver pesquisa sobre o assunto no estado do Amapá, ouviram profissionais da educação, que afirmaram ter dificuldade para identificar atitudes racistas entre alunos e até mesmo, colegas de trabalho e comunidade escolar.

Uma vez detectado esse problema, apresenta-se com esse artigo, os resultados do projeto “Mídias na escola: recursos pedagógicos na prevenção e combate ao racismo em escolas da rede municipal de ensino de Macapá”, cujo objetivo foi analisar as possibilidades de uso das diversas mídias na prevenção e no combate ao racismo em uma escola da rede municipal de ensino de Macapá, com professores que atendem alunos de 1º ao 5º ano.

No estudo foram utilizados dois tipos de pesquisa, bibliográfica e de campo. Com a primeira embasou-se teoricamente o estudo, a segunda, por sua vez, foi desenvolvida a partir da metodologia colaborativa e reflexiva proposta por Magalhães e Liberali (2011), o que exigiu que o estudo fosse dividido em dois momentos. No primeiro investigou-se a concepção dos educadores sobre o uso das mídias na efetivação da lei em questão, bem como, as possibilidades de uso pedagógico desses recursos no tratamento da temática em discussão.

Em seguida, a partir das análises, delimitou-se momentos de estudos, nos quais buscou-se a construção do conhecimento em grupos formados pelos professores envolvidos, que discutiram entre si, possibilidades de uso das mídias enquanto recursos pedagógicos no ensino de conteúdos étnico-raciais. Devido a essa abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, tendo em vista que propôs uma reflexão sobre os fazeres pedagógicos e, com base na própria realidade, construiu-se novos conhecimentos.



AS DIFICULDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO CONTEXTO ESCOLAR AMAPAENSE: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

No Amapá, a Lei 10.639/2003 encontra dificuldades para ser efetivada, tais como as referendadas por Silva (2016), de que o profissional em muitos momentos não age; prefere ignorar a situação ou por Cavalleiro (2001) que considera haver uma banalização da discriminação racial por muitos profissionais da educação e Santos (2008) que no seu ponto de vista, defende que, se o currículo escolar não for modificado não haverá mudanças na qualidade das políticas étnico-raciais.

Isso é preocupante, pois, sabe-se que foi delimitado pelos órgãos oficiais do governo do Amapá, o ano de 2010, para que as escolas contemplassem e efetivassem a cultura afrodescendente e quilombola nos currículos e atividades realizadas em sala de aula. Porém, considerando-se que as ações observadas nas escolas não atendem efetivamente a letra da lei, infere-se que o objetivo não foi atingido, o que conseqüentemente leva à compreensão de que a política de inclusão racial não está contribuindo para a prevenção e combate às diversas manifestações de preconceito e racismo ainda impregnados na escola e refletindo-se até mesmo em atitudes de professores, quando deixam de trabalhar, por exemplo, aspectos da religiosidade negra, quando ornamentam a sala de aula com figuras de crianças com características europeias, dentre outros aspectos observados em sala de aula cotidianamente.

Pode-se então afirmar que as dificuldades para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 no Amapá, vão desde a intolerância de professores, principalmente no que tange à religiosidade, até a falta de conhecimentos que eles têm, para identificar mecanismos de reprodução de práticas racistas no contexto escolar, conforme comprovado em pesquisa realizada por Foster; Videira e Custódio (2015), cujo resultado comprova que há também dificuldade do professor para levar à sua práxis docente, conteúdos concernentes à história da África, dos afro-brasileiros e dos afro-amapaenses.

Além disso, há também o material didático disponibilizado às escolas, que de acordo com Foster; Videira e Custódio (2015) apresenta limitações na compreensão da gênese do racismo, configurações e ambiguidades observadas no contexto brasileiro, bem como, seus desdobramentos no campo educacional.

Essas são situações que promovem preocupações no que tange à efetivação da lei, porque sabe-se que é exatamente a falta de ações efetivas por parte das escolas e da sociedade como um todo, que faz com que manifestações racistas e preconceituosas, pareçam normais ainda.



A ausência de atitude por parte dos professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores (as). Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A conveniência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial (CAVALLEIRO, 2001, p. 146).

Infelizmente as situações referendadas refletem-se de modo marcante na sociedade, seja em forma de piadas, brincadeiras, ou quando o agressor deixa transparecer a invisibilidade do outro, minimizando-o frente aos demais. Situações que marcam de forma decisiva as ações futuras do discriminado que, inconscientemente, deixa-se influenciar pelas atitudes dos outros, chegando muitas vezes a considerar-se realmente inferior.

Tal comportamento decorre tanto do histórico tratamento dispensado ao longo dos tempos pela sociedade à população negra, quanto pelas vivências e grupos sociais nos quais o indivíduo encontra-se inserido. Dentre eles sobressai-se a escola, que deveria ser a principal instituição a combater o racismo e o preconceito impregnados na sociedade, mas que, conforme argumentado por Foster (2015, p. 29) esquecemo-nos de analisar o quanto a escola “contribui para o fracasso dessas crianças, os mecanismos sutis ou explícitos de discriminação presentes no seu cotidiano e que, muitas vezes, levam a repetências sucessivas e, conseqüentemente, à desistência”.

É sabido que a recuperação da identidade negra, conforme referendado por Munanga (2006), começa pela aceitação por parte do próprio indivíduo, dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os campos culturais, mentais, morais, psicológicos. Isso porque, de acordo com o autor, o corpo constitui-se como detentor material de todos os aspectos identitários, porém, a falsa inferioridade do negro é uma construção social específica, pautada no preconceito racial e em séculos de exploração de grupos étnicos distintos que comungavam da mesma cor de pele.

Os resquícios desse histórico de discriminação dificultam os trabalhos na escola e levam a afirmação de Silva (2016) de que o profissional, em muitos momentos, não age; ele prefere ignorar a situação, pois isso pode ser a melhor saída, tendo em vista que não tem argumentos que elucidem os diferentes valores das etnias raciais.

Sousa (2014) desenvolveu pesquisa em escolas da rede pública de Macapá sobre a efetivação da Lei nº 10.639/2003 e confirma que no dia a dia das escolas, o aluno afrodescendente é discriminado tanto direta quanto indiretamente, seja por suas ideias, gestos, modo, falas e até mesmo atitudes, muitas vezes ocorridas antes de ele se manifestar. Por esses motivos, o autor considera ser necessário que se desenvolva no contexto escolar, uma educação étnico-racial e cultural voltada para o crescimento dos alunos, para que se tornem adultos conscientes, éticos, sem preconceitos e discriminação.



Ramos e Filho (2012) sugerem que, para se construir uma concepção de ensino de qualidade em relação às políticas étnico-raciais, são necessárias mudanças nos objetivos da escola, de modo que ela seja favorável e acessível às classes menos favorecidas com a mesma qualidade e sem diferenças.

É necessário ainda, que nos ambientes escolares sejam valorizados os saberes e culturas locais, indígenas e quilombolas, pois, conforme ressaltado por Sousa (2014), estudar os conteúdos étnico-raciais nos ajudará a compreender como nossos antepassados se tornaram o que são hoje, ou seja, facilita a compreensão de nossas origens. No entanto, não é isso o que se observa na realidade das escolas, pois, conforme exposto por Foster (2015) a escola silencia sobre o racismo, até mesmo quando afirma estar falando sobre a questão racial.

O USO DAS MÍDIAS NO PROCESSO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO RACISMO NA ESCOLA: REVISITANDO A TEORIA

As mídias ocupam papel de fundamental importância na vida das pessoas, pois, é com elas que se comunicam, têm acesso a informações em tempo real, anunciam, divertem-se, relacionam-se. Enfim, o homem está em constante contato, seja utilizando celulares, televisão, rádio, internet, *palmtops*, *laptops*, *smartphones* ou outros dispositivos portáteis que lhes são disponibilizados no mercado. Mesmo sendo elementos presentes no cotidiano de quase todas as pessoas, esses recursos são por muitas vezes esquecidos nos processos de aprendizagens escolares, ainda que, comprovadamente sejam muito importantes na construção e aquisição do saber, tentando ditar costumes, regras e até atitudes tanto positivas quanto negativas nos indivíduos.

Nesse sentido, é importante que sejam inseridas de forma efetiva nas escolas, pois com as mídias, o professor tem a oportunidade de explorar inúmeros aspectos que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, viabilizando a construção do saber de forma planejada, organizada e possibilitando práticas educativas que atendam às especificidades dos educandos. Para isso, no entanto, é importante que considere as práticas culturais, econômicas, éticas e morais da sociedade, buscando relacioná-las direta ou indiretamente com as práticas cotidianas, como forma de buscar soluções para problemas específicos da comunidade que a rodeia (MORETTO, 2009).

Desse modo, considerando-se que existem dificuldades para que o professor trabalhe os conteúdos étnico-raciais e o combate ao racismo e preconceito, é necessário identificar possibilidades no próprio contexto escolar, de recursos pedagógicos que possam ser efetivamente utilizados para atender aos objetivos da Lei 10.639/2003, de forma que os reflexos dos trabalhos realizados em sala de aula sejam expressivos a tal ponto que as ações



dos próprios alunos conduzam a uma sociedade mais igualitária, livre de racismos e preconceitos.

Logo, o uso das novas tecnologias ou das mídias é fundamental no processo de combate ao racismo na escola e consequente efetivação da Lei n. 10.639, porque promove uma interação permanente do usuário com o mundo em tempo real, permitindo, assim, que o conhecimento seja sistematizado para além dos muros da escola (BRASIL, 2008).

Tendo em vista que à escola, cabe o papel de inserir o educando em todos os aspectos sociais e culturais, desenvolvendo capacidades e competências que levem-nos a tornarem-se seres críticos e participativos na sociedade, Moretto (2009) considera que é dever da escola, selecionar, dentre os saberes socialmente construídos, aqueles que constituem bases no contexto da cultura e dos saberes do grupo social no qual a escola encontra-se inserida.

Nesse sentido, as mídias configuram-se como recursos fundamentais a serem utilizados pelos professores em sala de aula, salientando-se que não somente no combate ao racismo e preconceito, mas também na construção da identidade, no reconhecimento identitário, pois conforme argumentado Alakija (2012) a mídia é um agente ou fator fundamental na alteração do comportamento, interferindo inclusive no próprio processo de emergência da identidade.

O uso das mídias enquanto recurso pedagógico justifica-se ainda pelo fato de que nelas, a imagem do negro foi sempre diminuída, ridicularizada e menosprezada. Segundo Trindade (2002) desde muito cedo as mídias têm apresentado um padrão de beleza da qual a maioria das pessoas reais que nos cercam não se encaixam, pois são imagens de pessoas mais parecidas com o padrão euro-estadunidense. Ou seja, o oposto de muitas pessoas em nosso país, que são afrodescendentes, afro-ameríndios, entre outros.

Sendo assim, conforme argumentado por Nery e Carneiro (2012) é preciso que essa imagem seja reapresentada, a partir dos mesmos veículos de comunicação que as desqualificaram, de modo que o racismo e o preconceito sejam desconstruídos de tal forma, que o presente reflita somente o respeito às diferenças e a valorização da cultura, dos conhecimentos e da própria imagem do negro na sociedade.

Cabe, portanto à escola, a função de viabilizar condições para que o professor que atua em sala de aula desenvolva trabalhos significativos com o aluno, envolvendo a cultura negra e afrodescendente. Em que sejam valorizados os conhecimentos, as culturas e as diferenças, viabilizando ao aluno, condições para que ele tenha acesso a saberes compatíveis com os novos tempos, ainda que seja necessário realizar mudanças nas práticas pedagógicas, pois, conforme é enfatizado por Moretto (2009), aprender é construir significado e ensinar é mediar esta construção.



Nesse sentido, a escola como instituição formadora, necessita utilizar ferramentas de ensino que tornem possível o desenvolvimento integral de uma aprendizagem significativa e adequada à capacidade do educando, que potencialize a criticidade e fortaleça a autoestima de modo que, na vida adulta, prevaleçam os valores adquiridos no processo de ensino e aprendizagem (KENSKI, 2007). Contudo, se bem observado no cotidiano escolar, esse discurso pouco se efetiva na prática, ou seja, há um grande distanciamento entre o discurso e a prática da sala de aula. Moretto (2009) aborda essa questão, quando afirma:

o professor em aula fala, fala e fala, e quarenta ou mais indivíduos copiam, copiam e copiam, para depois decorar informações com vistas a uma cobrança que virá em forma de provas individuais, que cada aluno deverá resolver só, sem olhar para os lados, sem falar com ninguém, sem consultar livros e/ou apontamentos. Nessa hora, como diz o dito popular, é “cada um por si e Deus por todos”. E, no entanto, a escola insiste no texto de seu Projeto Político Pedagógico, que está preparando seus alunos para a vida. Que vida, perguntamos nós? (MORETTO, 2009, p. 31).

Desse modo, considerando-se a influência que as mídias exercem sobre crianças, jovens e adultos na atualidade, é natural que elas sejam inseridas no processo de ensino e aprendizagem, viabilizando ao professor, condições para explorar assuntos diversos em tempo real, para que o aluno tenha condições de compreender com mais facilidade o que está sendo ensinado.

Paro (1996) segue o mesmo raciocínio ao considerar que uma escola comprometida com a transformação social precisa lançar mão de princípios, métodos e técnicas adequados à especificidade dos seus objetivos e do processo pedagógico escolar. Dessa forma, considerando-se a importância de se trabalhar os conteúdos étnico-raciais de forma significativa, resultando em mudanças de atitudes do aluno tanto na escola quanto nos mais variados grupos sociais nos quais convive, as mídias precisam ser inseridas e utilizadas como recursos pedagógicos pelos professores em sala de aula.

Salienta-se, porém, que inserir as mídias na educação, especificamente nos conteúdos étnico-raciais de matrizes africanas, exige uma postura atitudinal do professor tanto em relação aos conhecimentos que precisa adquirir e dominar para utilizar tais recursos, quanto para reconhecer as diferenciadas manifestações de racismo, preconceito e discriminação que ainda persistem na sociedade, pois, são esses conhecimentos que lhe permitirão elaborar estratégias que atendam às propostas da Lei n° 10.639/2003 tornando o ensino significativo aos alunos.



METODOLOGIA

Caminhos da pesquisa

A metodologia prevista e utilizada na pesquisa que ensejou este artigo foi a colaborativa e reflexiva que, de acordo com Magalhães e Liberali (2011) abre espaço para o autoconhecimento e novas produções, assim como proporciona o empoderamento, a criticidade, mudanças de pensamentos e ações em relação às diferenças, baseando-se em experiências sócio-históricas, acadêmicas e políticas.

Desse modo, as ações foram organizadas e decorreram da seguinte forma: no primeiro momento, com o objetivo de conhecer o que pensam os professores sobre o uso das mídias no combate ao racismo, aplicou-se um questionário contendo três questões abertas a seis professores que atuam com turmas dos 4º e 5º anos em uma escola da rede municipal de ensino de Macapá, os quais especificaram suas opiniões, tanto sobre o uso das mídias na efetivação da Lei nº 10.639/2003, quanto sobre as possibilidades de uso pedagógico desses recursos no tratamento da temática em discussão. Utilizou-se a análise de conteúdo para se chegar aos resultados, pois, conforme referendado por Bardin (2009) essa metodologia objetiva a busca ou atribuição, de um ou de vários sentidos a um documento.

No segundo momento, após as análises das respostas dos professores sobre o uso das mídias no combate ao racismo e ao preconceito na escola, ocorreu a socialização e construção do conhecimento, o que foi feito em dois grupos de estudo que objetivaram a reflexão acerca do uso dos recursos, e resultaram na construção de propostas elaboradas pelos próprios professores, para serem posteriormente desenvolvidas, em um primeiro momento somente pelo grupo participante da pesquisa, nos trabalhos em sala de aula.

Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, tendo em vista que propôs uma reflexão sobre os fazeres pedagógicos e, a partir da própria realidade, construiu-se novos conhecimentos que puderam ser aplicados à prática cotidiana, no combate ao racismo e preconceito.

Resultados e discussão: O uso pedagógico das mídias na prevenção e combate ao racismo na escola

A afirmação de Oliveira e Katrib (2012) reflete de forma bem clara, o papel que as mídias têm na divulgação da figura do negro para a sociedade, ou seja, buscando não demonstrar ao mundo, a inferioridade e marginalização de que ainda são vítimas, e que ainda é difundido, por exemplo, quando se percebe a imposição de apelos sexuais do corpo da mulher negra, presentes principalmente nas propagandas, ou na diminuição do negro, nos personagens



apresentados em séries e telenovelas, aparecendo com frequência, exercendo funções subalternas e de pouco prestígio social.

Considerando-se que a mídia representa privilegiadamente um “estado de opinião”, e que as questões étnico-raciais precisam ser trabalhadas de acordo com o previsto na Lei nº 10.639/2003, considera-se que ela pode ser utilizada como recurso pedagógico para a efetivação da referida lei na escola. No entanto, uma vez que são os professores que desenvolvem os trabalhos com os alunos em sala de aula, foi importante ouvir a opinião deles sobre a proposta, assim como, sobre as dificuldades que podem inviabilizar o uso desses recursos e quais mídias eles consideram viáveis de serem utilizadas em sala de aula.

Desse modo, com o objetivo de averiguar o que os professores ponderam em relação ao uso das mídias enquanto recursos pedagógicos no combate ao racismo na escola, perguntou-se se eles consideram essa, uma prática viável. Nesse caso, dois profissionais responderam: “Não” e “Não considero viável devido o contexto escolar” e os demais somente afirmaram que “sim”. Os que negativaram a questão provavelmente não têm domínio das tecnologias, o que inviabiliza o uso enquanto recurso pedagógico, tendo em vista que para isso, é exigido planejamento, objetivos e metodologia dos trabalhos a serem desenvolvidos.

Sabe-se, porém, que o contexto educacional de nossas escolas muitas vezes inviabiliza trabalhos diferenciados. Desse modo, considerando que os professores são conhecedores da realidade da sala de aula, solicitou-se a eles que listassem as dificuldades mais frequentes para usar as mídias no combate ao racismo e preconceito na escola, os profissionais referendaram: “local inadequado”, “muitos alunos em sala de aula” e “falta de conhecimentos para manusear determinadas mídias”.

Os locais considerados como inadequados pelos professores para o uso das mídias enquanto recurso pedagógico no combate ao racismo, não são visualizados dessa forma pelos pesquisadores, que fazendo parte da equipe que acompanha todo o processo do Ensino Fundamental, sabe que, das 40 escolas da rede na zona urbana, 38 possuem laboratório de informática em pleno funcionamento, equipados com recursos tecnológicos de última geração, como a lousa digital, por exemplo, e 15 dessas escolas dispõem ainda de sala de TV escola, além de outros ambientes que podem ser usados pelos professores além da sala de aula.

Reflexão e reconstrução de conhecimentos

A segunda fase da pesquisa ocorreu com estudos em grupo, que foram muito importantes porque, professores e pesquisadora tiveram a oportunidade de problematizar, explicitar e modificar a compreensão de suas práticas, conforme proposto por Magalhães e Liberali (2011). No ato, solicitou-se aos professores, que listassem todas as mídias que são atualmente



disponibilizadas na escola. Obteve-se como resultado: projetor, retroprojetor, vídeo e televisão, computador, lousa digital, microfone e caixas de som. Essas são as mídias referendadas por Soares (2015) como as que têm mudado e modernizado a realidade educacional, mas que ainda são pouco utilizadas com insuficiente ou nenhuma efetividade pelos professores.

Uma vez feita essa identificação, refletiu-se sobre outros possíveis recursos tecnológicos que são utilizados por eles diariamente, mas que não são vistos como tais: nesse momento os professores fizeram referência aos livros, internet, mas continuavam meio receosos sobre o que poderiam considerar como sendo recursos tecnológicos, foi então que, utilizando o recurso da lousa digital, apresentou-se um vídeo, integrante do material do curso de especialização em Mídias na Educação (BRASIL, 2008), no qual é feita uma reflexão sobre as inúmeras tecnologias existentes na escola. Em seguida, os professores foram convidados a listar as mídias que são disponibilizadas para uso cotidiano em sala de aula pela escola. Os professores fizeram referência a objetos que vão desde o caderno e o lápis utilizados pelos alunos, até a maior inovação existente naquele ambiente, que é a lousa digital.

Diante desse resultado, os professores foram convidados a refletirem sobre o uso que fazem dessas tecnologias no dia a dia em sala de aula. Para isso, foi utilizada uma ficha diagnóstica, na qual estavam listadas três categorias de tecnologias existentes na escola, divididas por colunas, as de uso do professor, de uso do aluno e as de uso da escola. Nessas, os professores deveriam indicar a periodicidade com que as utilizavam em sala de aula, se diariamente, semanalmente, mensalmente, bimestralmente ou nunca era utilizada.

Os próprios professores ficaram surpresos com o resultado, pois nem mesmo a lousa digital referendada pela maioria, no ato de responder ao questionário, era utilizada por eles com frequência diária ou semanal, ou seja, esse recurso fica esquecido como tantos outros na escola. Esse momento foi muito importante à pesquisa porque, conforme referendado por Liberali (2010), permitiu aos professores, fazer uma reflexão crítica sobre suas práticas, levando-os ainda, a uma tomada de consciência e ao desenvolvimento de pensamento crítico em relação ao uso que fazem das mídias no processo de ensino e aprendizagem.

No ato, o espaço foi aberto para que todos pudessem expor os motivos pelos quais os recursos tecnológicos estavam sendo deixados de lado pelos professores. Várias foram às explicações, tais como:

“muitos assuntos para trabalhar, não havia tempo para fazer um planejamento para envolver as novas tecnologias”.

“muitos alunos nas turmas fica inviável um trabalho diferenciado”.

“professores sem capacitação para usar os recursos”.

“Não há ambiente adequado ao uso” (Depoimento dos professores).



Os problemas identificados no diagnóstico realizado foram referendados novamente pelos professores o que demonstra a necessidade de que sejam elaboradas estratégias que viabilizem o uso dos recursos pedagógicos existentes na escola. Essa necessidade advém da constatação efetuada também por Fernandes, Freire e Filho (2014), de que os maiores desafios para incorporar as mídias no processo educacional, é o planejamento, tendo em vista que ele exige dos professores maior disponibilidade de tempo, o que devido à sobrecarga de trabalho do profissional, acaba por inviabilizar atividades que contemplem tais recursos.

No segundo encontro, as discussões foram voltadas para as dificuldades enfrentadas pelos professores na efetivação da Lei nº 10.639/2003. Solicitou-se que listassem as dificuldades que encontram para trabalhar questões étnico-raciais. Nesse momento, o que mais prevaleceu foi a falta de material didático pedagógico e desconhecimento de formas de abordagens. Esse resultado corrobora com os resultados identificados por Foster; Videira e Custódio (2015) quando confirmaram em pesquisa, que as dificuldades que os professores alegam encontrar na efetivação do ensino de conteúdos étnico-raciais nas escolas encontra-se na produção de material.

Nos relatos ficou evidente ainda, o receio dos professores em trabalhar conteúdos étnico-raciais, principalmente em decorrência de fatores religiosos relacionados tanto à crença pessoal quanto a dos pais e alunos. Isso demonstra a necessidade de que os professores busquem formações que além de habilitá-los a trabalhar as questões raciais em sala de aula, mude também as concepções distorcidas que têm acerca da cultura negra, para que possam respeitar as diferenças sem preconceitos ou discriminações, pois, conforme argumentado por Videira (2009, p. 250), “estas condições materiais e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidades dos descendentes de africanos”.

As discussões foram bem acirradas, mas buscou-se primeiramente ouvir os professores, deixando-os livres para discutirem entre si e, após, entrevistou-se, esclarecendo os principais pontos abordados por eles, utilizando como base a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) n. 9394/96 e a Lei nº 10.639/2003. Certamente que os argumentos utilizados não convenceram totalmente aos contrários a inserção de questões étnico-raciais no processo de ensino e aprendizagem, mas fez com que refletissem sobre o fato de que são professores e precisam atender, no desenvolvimento das aulas, o que preveem as leis educacionais.

Por fim, teve-se a fase de reconstrução do conhecimento, nessa, solicitou-se aos professores que apresentassem propostas para trabalhar os conteúdos étnico-raciais utilizando as mídias. Para isso, entregou-se a cada participante, um modelo de projeto no qual deveriam indicar o assunto, objetivo, metodologia e mídia utilizada.



Os professores foram informados que todos deveriam apresentar as propostas e, dentre elas, duas seriam selecionadas para serem elaboradas em conjunto com o objetivo de serem desenvolvidas na escola no ano de 2017, pois o ano letivo de 2016 já se encontrava em fase de encerramento no ato da pesquisa. Desse modo, solicitou-se que cada profissional apresentasse seu projeto aos demais, pois assim todos podiam conhecer as propostas e selecionar as mais viáveis a serem trabalhadas. Esse momento foi importante porque, conforme proposto na prática colaborativa reflexiva (MAGALHÃES; LIBERALLI, 2011) os professores tiveram a oportunidade de construir novos conhecimentos para integrar as mídias na prática pedagógica cotidiana.

Foram selecionados pelos professores como propostas para serem utilizadas no ano de 2017 os projetos denominados de “Nas ondas do rádio combate-se o preconceito” e “jornal das diferenças”. O primeiro propôs que, no horário do intervalo de todos os turnos, fosse apresentado um programa para tocar músicas de marabaixo e batuque. Isso porque, no bairro em que a escola está localizada há um grande predomínio de pessoas negras. Sendo assim, os professores pensaram na valorização da cultura local que as representam. Durante a apresentação do programa, os professores enfatizarão a importância do respeito às diferenças, que ninguém é melhor que o outro porque tem determinada crença religiosa ou porque a pele é mais clara ou mais escura, além de outros tipos de racismo ou preconceito. A programação proposta será veiculada por cinco pequenas caixas acústicas a serem alocadas: uma na entrada da escola, uma em cada um dos corredores e duas na área do refeitório. Um *microsystem* e microfone utilizados para a transmissão da programação, fone de ouvido para auxiliar no retorno de som para a pessoa que está no comando do som, celulares para gravar entrevistas e demais atividades externas a sala de transmissão e uma mesa de som e potência na qual serão conectados o *microsystem*, o microfone, os fones de ouvido, o rádio gravador, sendo que dessa mesa sai a fiação para as caixas de som espalhadas pela escola.

Notou-se muito entusiasmo dos professores para a implantação da proposta. Esse é um resultado muito positivo, pois, conforme referendado por Moran (2000) o uso das mídias na educação é uma prática muito importante à professores inquietos, aos que estão atentos a novidades, que desejam atualizar-se, comunicar-se.

Quanto ao jornal, a proposta foi sugerida por uma profissional formada em Licenciatura Plena em Letras, a qual propôs o trabalho com os gêneros textuais envolvendo a sequência didática e os gêneros poema, artigo de opinião, entrevista e memórias. Nesses, os temas devem explorar com destaque a cultura negra nacional, regional e local, com o objetivo de instigar os alunos à pesquisa e a terem um outro olhar sobre a figura do negro na história do Brasil, no Amapá e na comunidade em que a escola está inserida. A proposta foi aceita pelos professores, que delimitaram que os alunos serão os redatores dos jornais, contando com o auxílio dos professores para isso.



Essa é uma proposta viável para ser desenvolvida na escola, tendo em vista que não requer grandes custos e ainda, conforme argumentado por Foster, Videira e Custódio (2015) permite dar voz aos estudantes, possibilitando a valorização de suas culturas, reafirmando a escola como um espaço de construção de sujeitos, coletivos e individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse trabalho, confirma-se a hipótese de que os professores encontram dificuldades para trabalhar os conteúdos étnico-raciais na escola pesquisada. No entanto, os estudos realizados em grupo permitiram aos profissionais, a compreensão de que é possível utilizar as mídias enquanto recursos pedagógicos na prevenção e combate ao racismo e preconceito, a partir da realidade do aluno, envolvendo-o no processo educacional.

Salienta-se, porém, que algumas dificuldades foram consideradas pelos profissionais, como entraves que inviabilizam a inserção das mídias enquanto recursos pedagógicos, tais como: falta de tempo para planejar, número elevado de alunos em sala de aula, falta de capacitação dos professores para utilizar as mídias e de local adequado ao uso das tecnologias.

Com relação aos entraves para trabalhar os conteúdos étnico-raciais, percebe-se as dificuldades que os professores têm para identificar e reconhecer atitudes racistas e preconceituosas em sala de aula, fato que os levam a não agir perante tais casos e, por esse desconhecimento, podem até mesmo ser atores de ações e atitudes racistas com alunos e com os próprios colegas de trabalho, como no caso presenciado em um seminário que versava sobre políticas raciais, no ato da aprovação do Plano Municipal de Educação do município de Macapá, no qual a pesquisadora fazia parte da comissão de elaboração, quando uma professora afirmou, perante mais de seiscentos profissionais da educação, que não iria “ensinar práticas de macumba e candomblé aos meus alunos porque minha religião não permite”.

Esses são apenas alguns dos problemas enfrentados pelos professores para efetivar a Lei 10.639/2003 em sala de aula. No entanto, os estudos possibilitaram a esses profissionais, fazer uma reflexão sobre a prática pedagógica e construir novos conhecimentos para integrar as mídias na prática pedagógica cotidiana. Os momentos de estudo permitiram que eles contextualizassem conhecimentos, aplicando na prática, metodologias de políticas educacionais desenvolvidas nas escolas, tais como: Olimpíadas de Língua Portuguesa e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em que ambos apresentam propostas de trabalho envolvendo a sequência didática, que permitem ao professor mais flexibilidade para planejar e desenvolver as etapas, inserindo recursos diferenciados em situações diversas de ensino e aprendizagem.



A elaboração dos projetos “Nas ondas do rádio combate-se o preconceito” e do “jornal das diferenças”, pelos professores, demonstra que eles compreenderam que é possível utilizar as mídias na prevenção e no combate ao racismo e o conhecimento adquirido refletiu-se no entusiasmo observado quando os profissionais apresentavam as propostas e melhoravam-nas, na socialização em grupo.

Por isso, propõe-se estender o projeto de formação a outras escolas e até à rede estadual de ensino, tendo em vista que em todos os níveis e etapas de ensino observam-se dificuldades e entraves para a efetivação dos trabalhos com conteúdos étnico-raciais. Conforme se observou, a proposta de trabalho é viável, pois não depende de grandes custos para o desenvolvimento, sendo que os resultados podem refletir-se em importantes mudanças sociais relacionadas à prevenção e combate ao preconceito e racismo na escola.

REFERÊNCIAS

ALAKIJA, Ana. Mídia e identidade negra. In: BORGES, Roberto Borges; BORGES, Rosane. (Org.). **Mídia e racismo**. Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates Coordenação: Tânia Mara Pedroso Müller. Petrópolis, RJ: DP *et al.* Brasília, DF: ABPN, p. 108-154, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BORGES, Roberto Borges; BORGES, Rosane (Org.). **Mídia e racismo**. Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates Coordenação: Tânia Mara Pedroso Müller. Petrópolis, RJ: DP *et al.* Brasília, DF: ABPN, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. EPROINFO - **Educação na Sociedade da Informação**. Sociedade da Informação do Brasil (livro verde). Cap. 4, 2008. Disponível em: <http://www.sbc.org.br/p_d/cap04.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96**. Brasília, DF, 1996.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo negro, 2001.



FERNANDES, Alisandra Cavalcante; FREIRE, Raquel Santiago; FILHO, José Aires Castro. **Tecnologia na Escola: Um modelo de Implementação a partir da Formação de Professores.** Grupo de Pesquisa e Produção de Ambientes Interativos e Objetos de Aprendizagem – Proativa. Instituto UFC Virtual, Universidade Federal do Ceará. Campus do Pici, 2014. Disponível em: <<http://www2.virtual.ufc.br/proativa/publicacoes/artigos/6998cb66d50ab32e3c4f41bd4ac64853.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FOSTER, Eugénia da Luz Silva. **Garimpendo pistas para desmontar racismos e potencializar movimentos instituintes na escola.** Curitiba: Appris, 2015.

FOSTER, Eugénia da Luz Silva; VIDEIRA, Piedade Lino; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Contribuições da narrativa ficcional na superação do racismo e na implementação da lei nº 10.639/2003 nos currículos. In: HARTMANN, Luciana (Org.). **Narrativas orais infantis:** GT de Literatura Oral e Popular da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística – ANPOLL. Londrina, v. 20, jul./dez., p. 331-346, 2015.

LIBERALI, Fernanda. Formação de Professores de Línguas: Rumos para uma sociedade crítica e sustentável. In: GIMENEZ, Telma; MONTEIRO, Manuel da Conceição Graça. **Formação de Professores de Línguas na América Latina e Transformação Social.** Pontes, p. 71-91, 2010.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias o novo ritmo da informação.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

MACAPÁ, Prefeitura Municipal de. **Projeto de Lei nº 2.178/2015-PMM.** Macapá – AP, 2014.

MAGALHÃES, Maria Cecília; LIBERALI, Fernanda. A formação crítico-colaborativa de educadores: a "vida que se vive" - uma complexa escolha metodológica. In: BALDI, Elena Mabel Brutten; PIRES, Gabriel Natan; FERREIRA, Maria Salonilde. **Políticas educacionais e práticas educativas.** Natal: EDUFRN, v. 1, p. 293-320, 2011.

MORAN, José Manuel. Os novos espaços de atuação do educador com as tecnologias. In: ROMANOWSKI, Joana Paulin *et. al.* (Orgs). **Conhecimento local e conhecimento universal:** Diversidade, mídias e tecnologias na educação. Curitiba: Champagnat, v. 2, p. 26-38, 2000. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/espacos.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MORETTO, Vasco Pacheco. **Prova:** um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez/fev., 2005-2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/68/05-abengelemunanga.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.



NERY, Raoni Oscar Nery; CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. O “negro” na mídia televisiva: Uma análise da representação do negro no mundo da televisão. In: FILHO, Guimes Rodrigues; OLIVEIRA, Cristiane Coppe de; NASCIMENTO, João Gabriel do. **Formação inicial, história e cultura africana e afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da lei federal 10.639/2003**. 1. ed. Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, p. 143-155, 2012.

OLIVEIRA, Leonardo Silva; KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. A Imagem do Negro na Mídia Brasileira: Descortinando olhares. In: FILHO, Guimes Rodrigues; OLIVEIRA, Cristiane Coppe de; NASCIMENTO, João Gabriel do. **Formação inicial, história e cultura africana e afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da lei federal 10.639/2003**. 1. ed. Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, p. 112-122, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

RAMOS, Ludma Lillyan Vieira Ramos; FILHO, Guimes Rodrigues. Mídia e Preconceito em Propagandas: Um panorama sobre a propagação de estereótipos e discriminação contra negros (as) pelos meios de comunicação. In: FILHO, Guimes Rodrigues; OLIVEIRA, Cristiane Coppe de; NASCIMENTO, João Gabriel do. **Formação inicial, história e cultura africana e afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da lei federal 10.639/2003**. Uberlândia, MG: Ed. Gráf. Lops, 2012.p. 132-142.

SANTOS, Gevanilda. **Relações Raciais e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

SILVA, Denise Almeida. “Para gostar de ser”: literatura negra, racismo e autoestima. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 41, n. esp., p. 88-94, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/7330>>. Acesso: 06 ago. 2016.

SOARES, Josefa Maria Paixão. **Mídias na educação: a utilização dos objetos de aprendizagem na escola estadual de educação básica Prof. Pedro de França Reis - avanços e dificuldades**. V EPEAL, 2015.

SOUSA, Ivaldo da Silva. **As relações étnico-raciais em sala de aula: preconceito invisível, porém concreto**. Pará de Minas, MG: Editora virtual. Books, 2014.

XAVIER, Maria do Carmo; DORNELLES, Ana Paula Lacerda. O debate parlamentar na tramitação da lei 10.639/2003: interrogando o papel da escola na construção da identidade cultural e étnica no Brasil. **EccoS Revista Científica**, v. 11, n. 2, p. 569-586, jul/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/715/71512786014.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

TRINDADE, Azoilda Loretto. Olhando com o coração e sentindo com o corpo inteiro no cotidiano escolar. In: TRINDADE, Azoilda Loretto; SANTOS, Rafael dos (Orgs.).



Multiculturalismo - Mil e uma faces da Escola. 3. ed. Coleção: O sentido da Escola, Rio de Janeiro; DP&A, p. 7-16, 2002.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente**: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

Sobre os Autores

Minelva Medeiros dos Reis: Graduada em Letras (FAMA), Especialista em Mídias na Educação (UNIFAP), Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Estrangeira (IBPEX), Especialista em Supervisão e Formação de Professores – Conhecimento e Ciência, Pós graduanda em Políticas Educacionais (UNIFAP). Professora da rede municipal de ensino de Macapá-AP. E-mail: minelva.reis@uol.com.br

Eugénia da Luz Silva Foster: Doutora em Educação pela Universidade Federal de Fluminense (UFF), com pós-doutorado em Educação pela UERJ. Professora efetiva da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: eugeniafoster@uol.com.br

Elivaldo Serrão Custódio: Pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Teologia pela Faculdades EST, em São Leopoldo/RS. Docente da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED). E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com